

REPRESENTAÇÕES DOS INDÍGENAS DE GOIÁS: INVESTIGANDO A REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1838 – 1889)

Isabel Escobar Crescencio

Graduada em História pelo UniCEUB

Graduanda em Artes Plásticas pela Universidade de Brasília-

UnB

Resumo: Apresento nesta comunicação algumas reflexões sobre as estratégias metodológicas adotadas durante uma pesquisa realizada para conclusão do curso de Graduação em História. O trabalho produzido objetivou uma análise das representações acerca dos indígenas em Goiás no Século XIX e, a partir dela, uma reflexão acerca da constituição do imaginário popular goiano. Foram utilizados como fonte de pesquisa, 25 artigos selecionados da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- IHGB. O contato ocorreu em três passos metodológicos que buscaram otimizar os resultados da pesquisa. O suporte metodológico utilizado foram as temporalidades definidas por Koselleck na História dos Conceitos; divididas em: *Leituras do Passado*, *Interpretações do Presente* e *Perspectivas de Futuro*. Estas temporalidades foram utilizadas como instrumento de análise histórica para compreender os mecanismos de constituição das representações indígenas no imaginário popular goiano.

Palavras-chave: Indígenas; Goiás; Imaginário.

A comunicação apresentou algumas reflexões sobre as estratégias metodológicas adotadas durante a pesquisa realizada para a conclusão do curso de graduação em História. O trabalho produzido objetivou realizar uma análise das representações acerca dos indígenas em Goiás no Século XIX e, a partir dela, refletir acerca da constituição do imaginário popular goiano. Assim, a hipótese principal é a de que, com a formação das representações acerca dos indígenas em Goiás, região conhecida como distante e isolada, construíram-se estereótipos e preconceitos que perpassaram o Século XIX e permaneceram até a contemporaneidade. Com isso, o foco da análise direcionou-se para o âmbito dos discursos construídos a partir do imaginário popular goiano e intitulou-se de *Representações dos Indígenas de Goiás: Investigando a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1838 – 1889)*.

Foram utilizados como fonte de pesquisa vinte e cinco artigos selecionados da R.IHGB. A escolha destes artigos se deu porque estes abordam de maneira direta ou indireta a questão indígena em Goiás no século XIX. O recorde temporal escolhido vai do ano de 1839 - primeiro ano da primeira publicação/circulação nacional da R.IHGB - até o ano de 1889 - momento em que o tema indigenismo perde parte de relevância entre os temas da revista do IHGB.

O contato com as fontes foi realizado de maneira profunda, detalhada e cautelosa – já que a leitura total dos vinte e cinco artigos somou em média mil e setecentas páginas, lidas em cerca de três semanas. Esse contato ocorreu em três passos metodológicos que buscaram otimizar os resultados da pesquisa: o primeiro foi a busca nos índices da revista, dos possíveis textos que abordassem o tema pesquisados; o segundo foi o agrupamento dos textos encontrados; e o terceiro, a leitura detalhada destes textos.

Entretanto, esta leitura não foi realizada de maneira “livre”, ou seja, descompromissada da Teoria da História; por isso a pesquisa teve como suporte metodológico as temporalidades definidas por Koselleck na História dos Conceitos; para que espaços políticos e linguísticos sejam compreendidos como espaços abrangentes de significações sociais. Dessa maneira, a pesquisa foi realizada com base nas temporalidades presentes nas representações indígenas encontradas na R.IHGB, e pode-se refletir e demonstrar que tais representações são imagens estereotipadas e contraditórias – a exemplo: índio bom e belo *versus* índio como obstáculo para o progresso não-indígena e símbolo de barbárie – desenvolvidas no imaginário popular.

Assim como as temporalidades propostas por Koselleck, a pesquisa realizada dividiu as temporalidades encontradas nas representações presentes na R.IHGB em três maneiras: *Leituras do Passado*, *Interpretações do Presente*, *Perspectivas do Futuro*.

Na primeira temporalidade, denominada de *Leituras do Passado*, foram agrupados em torno de dezesseis artigos da revista do IHGB, que abordam, de maneira geral, os seguintes temas: origem e migração para América dos indígenas; costumes indígenas; quem são os indígenas; contato e tratamento dispensado aos indígenas.

Pela grande quantidade de artigos, tal temporalidade foi buscada a partir de trechos presentes nos textos, fazendo que fique explícito que um artigo pode ser perpassado, muitas vezes, pelas três temporalidades anteriores citadas. Com efeito, o trabalho dispensou bastante atenção, concentração e disposição, pois:

a complexidade que envolve a tarefa do historiador como aquele que entrecruza diferentes narrativas e narradores e, às vezes, ilude-se que seja possível retirar-se e ceder a fala aos “personagens da história”, tomados como legítimos narradores. Mas, se o “regresso à origem” não existe e em seu lugar encontramos textos polissêmicos e metanarrativos, resta-nos mais apropriadamente enxergar todos os atores como narradores, incluindo-se aí o historiador. (PORTELA, 2011, p. 127)

Assim, a partir das *Leituras do Passado* procura-se analisar as narrativas construídas pelos historiadores oitocentistas, e entender os meios pelos quais é construída uma preocupação acerca do passado no presente. Com isso, nota-se que os historiadores que se propuseram a escrever acerca da História Indígena no século XIX não abordaram apenas acontecimentos presentes ou propostas futuras de relações de convivência e de submissão, mas principalmente no início, buscaram entender a origem indígena, e questionaram-se de qual maneira os índios vieram para na América, e por consequência, como ocuparam e adaptaram-se os sertões remotos.

Dessa maneira, a interpretação das *Leituras do Passado* possibilitaram uma reflexão do processo de origem e migração dos povos indígenas em Goiás do século XIX, no qual foram estabelecidos os primeiros contatos entre indígenas e não-indígenas e, por consequência, realizado o questionamento acerca da origem desconhecida dos indígenas. Ainda na análise referente a esta temporalidade pode-se identificar de maneira explícita como ocorreram os primeiros contatos entre indígenas e não-indígenas e o tratamento dispensado para com os indígenas; sendo que nestes processos a mão de obra do índio foi designada como valor máximo do indígena, que por consequência, ocasionou combates que objetivavam sua posse.

Estes combates foram perpassados por um caráter duplo, ou seja, em diferentes espaços de convivência indígenas e não-indígenas tiveram que se relacionar de maneiras diversas, para conseguir sobreviver ao cotidiano. Porém o processo de catequização fez com que prevalecesse nesse caráter duplo o âmbito da violência, pois a ação histórica do não-indígena para com o indígena foi perpassada pela sujeição, dominação e extermínio.

A segunda temporalidade, intitulada de *Interpretações do Presente*, possuiu grande importância para análise realizada na pesquisa, pois possibilitou a visualização de representações acerca dos indígenas de Goiás, que predominavam ao longo do século XIX brasileiro e que perpetuaram até a contemporaneidade.

Esta temporalidade tomou como referência para a análise a obra de Márcio Santilli, *Os Brasileiros e os Índios*, pois esta obra demonstra algumas representações que prevaleceram no imaginário nacional dos não-indígenas acerca dos indígenas. Estas representações, constituídas no âmbito nacional, contribuíram para o desenvolvimento da reflexão em relação às representações acerca do índio construídas em Goiás no século XIX.

Assim, as representações analisadas foram divididas em seis maneiras, de acordo com as subjetivações descritas por Márcio Santilli (2000), a saber: a primeira *o índio selvagem*, de bastante relevância para a construção do imaginário nacional, e em especial o goiano. Esta vertente se subdivide em dois âmbitos: *a do bom selvagem e a do mau selvagem*. A primeira subdivisão, articulada de inúmeras formas, está profundamente presente no imaginário coletivo como a imagem do indígena desprovido de maldade, heróico e em harmonia perfeita com a natureza; nas palavras de Santilli (2000): “aquele ser em sintonia perfeita com a natureza, desprovido da maldade européia, heróico por existir.” (SANTILLI, 2000, p. 43). Entretanto, tal representação não possuiu grande visualidade em Goiás no século XIX, provavelmente, porque elementos dicotômicos presentes na sociedade goiana desse período contribuíram para que o indígena fosse visualizado, com maior frequência, como símbolo de medo e de selvageria.

A segunda subjetivação é a do *o índio antropófago*: aquele que se opõe de maneira violenta contra os demais que estão em sua volta, por não possuírem religião, governo ou Estado, ou seja, pela ausência de elementos ordenadores sociais e civis. Esta representação foi utilizada como justificativa para o extermínio de indígenas até recentemente praticado, tal representação serve

segundo Portela (2006) “atualmente (...) com mais clareza à imagem do “índio de verdade”, em oposição aos “menos índios” que seriam pacíficos (por serem fracos e não por serem bons!) ou “aculturados”.” (PORTELA, 2006, p. 130)

Por consequência, os indígenas se caracterizaram como *os outros*, isto é, definidos a partir da oposição dos não-indígenas, e estes não poderiam ser identificados com igualdade, pois caso contrário ocorresse, os indígenas estariam submetidos ao risco de deixarem de ser “índios de verdade”. Entretanto, independente da representação que prevaleça acerca do indígena, do ponto de vista histórico devemos lembrar que estas representações são construídas a partir de conceitos reducionistas que delimitam a compreensão acerca do ser humano como mau ou bom, e, esses conceitos são, frequentemente, reafirmados pela mídia e pela literatura.

A terceira subjetivação é *o índio atrasado*, a representação que idealizou o indígena no imaginário coletivo como um elemento de oposição ao progresso científico-tecnológico do não-indígena. Na contemporaneidade essa representação é bastante relevante no âmbito do imaginário popular, porém não é compatível com a realidade de variadas comunidades indígenas existentes, pois estas comunidades se utilizam, frequentemente, de diversas maneiras de progresso científico-tecnológico, como

por exemplo, a televisão, a internet, etc. Dessa maneira, é possível estabelecer uma reflexão acerca do indígena representado como atrasado a partir da análise de Santilli (2000, p.47): “o nexó entre as sociedades menos e mais avançadas é mais complexo, já que as últimas supõem as primeiras, tanto nas suas origens quanto nos seus destinos”.

A quarta subjetivação é a dicotomia *do índio explorado versus o índio privilegiado*, uma representação de extrema complexidade a de grande potencial de contrariedade, pois admite os indígenas a partir da questão econômica: “ao mesmo tempo em que a exploração colonial é reconhecida, as políticas compensatórias são criticadas. A ideia da exploração reforça também a simplificação de que as diferentes sociedades indígenas vivem em plena harmonia.” (PORTELA, 2006, p. 131) De outra maneira, a defesa da representação do indígena privilegiado se baseia no argumento da concentração de terras, que ora segue:

Totalizam algo em torno de 11% do território nacional. Ninguém negaria que os índios foram explorados quando lhes expropriaram 89% do território. Mas há quem questione, como sendo um privilégio, que 0,2% da população detenha direitos sobre 11% do território. (SANTILLI, 2000, p. 49)

Com isso reaparece a tese de que é muita terra para pouco indígena, entretanto é esquecido que “a mesma política que

expropriou os 89% produziu os sem-terra na sequência.” (SANTILLI, 2000, p. 49) Na abordagem dessa dicotômica representação, Santilli (2000) reflete acerca da concepção da idéia de que o indígena é ileso aos seus atos, a saber:

Nessa mesma lógica, há pessoas que acreditam que os índios não são punidos, ou puníveis, quando praticam crimes. Claro que não é bem assim, pois há muitos índios nas cadeias e vários condenados pela Justiça. Quando se afere que um índio que pratica um crime não tinha consciência da ilicitude do ato que praticou, a lei permite que o juiz lhe atenua a pena. Assim como há atenuantes penais em casos de crimes passionais, ou praticados sem consciência, ou por pessoas excepcionais. (SANTILLI, 2000, p. 49)

Dessa maneira, entre o óbvio e o absurdo reside a mediocridade, pois quando tal dicotômica representação é instalada, o debate acerca das questões indígenas não consegue adquirir senso crítico. Por isso, é possível identificar que essas dicotomias se fixam no senso comum e no inconsciente coletivo, demonstrando as representações acerca dos indígenas por meio de generalizações.

A quinta subjetivação é o *índio-natureza*, esta representação pode ser encontrada a partir dos relatos dos governadores e viajantes do século XIX em Goiás, pois estes relatos expressavam de maneira singular o que estava presente no imaginário coletivo goiano, pois possibilitaram outro ângulo para realizar a reflexão acerca da anulação dos indígenas no

imaginário coletivo, “conforme se processa no âmbito mais específico da população regional.” (PORTELA, 2006, p. 133) Assim, tal representação pode ser utilizada para expressar a associação, feita pelos viajantes do século XIX, entre o indígena e a natureza, como se fossem um único elemento.

Dessa forma, os indígenas são representados como perpassados pela beleza exuberante da fauna e da flora, tornando-se mais um elemento exótico desse espaço, ou seja, são representados como parte da natureza, de maneira superficial e distante. Ao serem visualizados desse modo, constrói-se uma representação do indígena brasileiro, não apenas vivenciada no exterior, mas também no próprio país: “uma imagem acerca do índio do sertão, ou retirando-lhe completamente a historicidade ao denominá-los como parte da natureza, ou oferecendo-lhes uma historicidade incompleta ao descrever seus modos de vida” (PORTELA, 2006, p. 133)

A quinta e última subjetivação é *o índio aculturado*; esta representação representa um passado perdido e reitera a insensibilidade da civilização. Esta representação está bastante enraizada no imaginário coletivo, e fez com que o conceito de aculturação oculte a identidade indígena e retire a sua vivacidade; pois compreende que o indígena pertence a um

espaço de vivência do passado, não existindo lugar para ser ocupado na contemporaneidade.

Com essas representações buscou-se em cada texto analisado na revista do IHGB, uma evidência que buscasse construir indícios históricos daquilo que denominei como *Interpretações do Presente*. E além disso, para demonstrar de maneira clara que os indígenas que habitaram a região de Goiás no século XIX não foram personagens históricos passivos e sim ativos, trabalhou-se o sentimento *medo* – construído por estes índios como elemento de auto-afirmação identitária e de defesa territorial consciente.

Este sentimento foi o motivo de embate entre não-indígenas e indígenas em Goiás no século XIX; pois mesmo que com as diversas justificativas recorrentes empregadas em discordância com os indígenas, o que prevaleceu foi o sentimento subjetivo de insegurança. Assim, as razões para o embate não se encontravam nos “outros”, mas nos próprios “civilizados”; por isso o ódio extremado aos indígenas, o desejo de submetê-los ao extermínio total. O indígena possuía como parcela de culpa neste conflito o fato de existir.

Assim, podemos identificar que os não-indígenas sentiam enorme medo dos indígenas em Goiás, pois a imagem que os não-indígenas possuíam dos indígenas estava em desacordo com a representação que os índios possuíam deles próprios e das

representações que os intelectuais construíram acerca dos índios. Uma maneira de constatar essa representação dos indígenas pelos não-indígenas é identificar, no sentido genérico, como estes foram tratados em documentos e textos pelos não-indígenas: bárbaros, gentio, tapuio, bugre, negro, caboclo, selvagem, primitivo, silvícola, aborígene, etc.

A terceira temporalidade, intitulada de *Perspectivas do Futuro*, constituiu-se de intenções explanadas para com os indígenas por não-indígenas, tanto no século XIX em Goiás como na contemporaneidade. Neste âmbito de análise fixou cinco pontos para demonstrar estes planos de temporalidade referentes ao futuro das questões indígenas, a saber: a ocupação do interior; o desejo de civilizar os indígenas; a possibilidade de estabelecer o comércio; as ações governamentais; e por fim, a certeza de que os indígenas iriam desaparecer.

Estas temporalidades não são exclusivas em cada texto, sendo identificadas, simultaneamente, em diversos textos. Assim, as temporalidades foram utilizadas como instrumento de análise histórica para compreender os mecanismos de constituição das representações indígenas no imaginário popular goiano. E pode refletir que as temporalidades, como suporte metodológico, constituíram como principal instrumento para que a análise histórica atingisse o objeto proposto pela pesquisa.

Além disso, percebeu-se que o medo foi um elemento bastante importante para a compreensão do objetivo proposto por este trabalho, podendo identificá-lo como *elemento histórico*, pois “existem medos do passado que desaparecem totalmente, ou que deixaram apenas alguns vestígios, e existem medos novos, no presente.” (OLIVEIRA, 2006, p. 16). Ainda, pode-se identificar que o medo é também um *elemento social*, pois “grande parte dos medos que os indivíduos sentem é explicada mais satisfatoriamente por categorias sociológicas do que por psicológicas (isso não significa negar o seu papel na explicação de inúmeras fobias).” (OLIVEIRA, 2006, p. 16) Assim, afirmar que o medo é um elemento histórico e social pode parecer um truísmo, porém são essas características que definem a relevância de seu estudo histórico. Ao final, este trabalho pôde identificar, a partir da constituição de tais representações, em um espaço geográfico considerado pelo próprio Império brasileiro, como inóspito e selvagem, a constituição e disseminação de imagens e estereótipos no imaginário popular durante todo o século XIX, enfatizando que em muitos casos, tais noções permaneceram até a contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão** – Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII. Goiânia: Kelps, 2006.

BENTIVOGLIO, Julio. **A história conceitual de Reinhart Koselleck**. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 2001.

CUNHA, Manuela Carneio da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP: Companhia das Letras, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado dos Tempos Históricos**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Contraponto, 2006.

MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: Estudo de História Indígena e do Indigenismo. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Campinas: UNICAMP, 2001.

MONTEIRO, John. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Eliezer Cardoso de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. Instituto de Ciências Sociais Departamento de Sociologia. Brasília: UnB, 2006.

PALACÍN, Luis e S. MORAES, Maria Augusta de. **História de Goiás**. Goiânia: UCG e Vieira, 7.Ed, 2008.

PORTELA, Cristiane de Assis. **Nem ressurgidos, nem emergentes: A resitência histórica dos Karajá de Buridina (1980 – 2006)**. Programa de pós-graduação em História. Brasília: UnB, 2006.

ROCHA, Leandro. **O estado e os índios: Goiás, 1850 – 1889**. Goiânia: UFG, 1998.

SANTILLI, Márcio. **Os brasileiros e os índios**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.